

“HERÓIS” OU “BANDIDOS”? MILITANTES DE ESQUERDA NOS CÁRCERES POLÍTICOS (1964 – 1979)¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte de uma pesquisa desenvolvida desde 1991, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, cujas conclusões iniciais, obtidas em 1993, serviram de base à dissertação do autor (VASCONCELOS, 1993), defendida junto ao referido Programa. A investigação de que se trata foi aprofundada no doutoramento, na mesma área e instituição, com o estudo da memória dos militantes de esquerda no Brasil pós 64 (presos, clandestinos, mortos e desaparecidos) construída como estratégia política.

Conforme os estudos de POLLAK (1989), a memória pode entrar em disputa com a memória oficial e sobreviver, subterraneamente, aguardando o momento da escuta. Entendemos todavia, que essa disputa pode acontecer inclusive no interior da memória subterrânea.

Neste trabalho enfocaremos alguns elementos que possibilitem a compreensão de determinados atos de heroísmo, articulados aos sonhos coletivos construídos pela esquerda brasileira. O período da pesquisa, vai de 1964, ano do golpe militar, até 1979, ano da anistia. Os heróis, contudo, encontram sua própria antinomia na figura dos delatores (bandidos para a esquerda), que não tendo a capacidade de silenciar perante os torturadores, são estigmatizados pelo fato de rom-

JOSÉ GERARDO VASCONCELOS*

RESUMO

Tem este estudo o objetivo de analisar o papel do herói no período correspondente às décadas de 60 e 70, no Brasil autoritário. O herói na política incorpora infundáveis códigos de honra fundados em atos de coragem e, principalmente, na lei do silêncio. Em se tratando de um período marcado pela forte repressão política, as qualidades pessoais dos heróis podem ser avivadas em imediata contraposição ao bandido (delator) que, rompendo os códigos de honra, põe em risco os sonhos coletivos dos agrupamentos de esquerda.

* Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará; Editor-Chefe da Revista *Educação em Debate* da Faculdade de Educação da UFC; mestre e doutor em Sociologia

perem os códigos de silêncio e honra iminentes aos grupos de esquerda.

O HERÓI E A MORTE

Valeria repassar o significado da memória heróica dos militantes de esquerda que ganham um novo sentido com a morte, pois passam a ser considerados, unanimemente, como símbolos da resistência. Na realidade temos

uma construção simbólica, pois os militantes, por mais firmes que estejam na defesa dos chamados “ideais revolucionários”, por mais que arrisquem a vida como prova do seu empenho na “luta contra a ditadura” que se instaurava no pós-64, só se transformaram verdadeiramente em “heróis” no momento em que foram mortos pela repressão.

Vale lembrar que, na mitologia, a morte vem sempre acompanhada do sono; são irmãos, filhos da noite, que habitam os lugares sombrios onde o sol (Apolo) jamais ilumina. Essa morte/sono do herói como se fosse apenas uma passagem. A passagem da vida para a história. A morte, na Grécia,

Era do gênero masculino, e nos monumentos de arte, é por vezes difícil distinguir a do Sono. Os dois irmãos eram gêmeos e freqüentemente representados juntos (MÉNERARD, 1991:118).

O caso de *Carlos Marighella*² pode ser representado como o símbolo que a esquer-

da, naquele momento, necessitava para dar prosseguimento aos seus projetos coletivos. Dentre as várias cisões que o *Partido Comunista Brasileiro (PCB)* propiciou, Marighella acabou integrando um dos principais agrupamentos políticos que dirigiu a guerrilha urbana no Brasil – a *Ação Libertadora Nacional – ALN*, sendo inclusive o seu comandante. *Carlos Marighella*, segundo a afirmação de ALVES, (1993: 14), era *Expansivo como os baianos e briguento como o Zumbi*, defensor da luta armada na cidade, como preparação da guerrilha no campo. O seu projeto era, na realidade, um *governo de libertação nacional*.

*Mulato baiano, havia participado, muito jovem ainda, do movimento do PCB em 1935, quando se deslocou da Bahia para o Rio de Janeiro. Foi preso, violentamente torturado, mas conquistou na prisão uma liderança e a fama de dirigente solidário e combativo (...) Em 1964, reagiu à ordem de prisão mas terminou preso, apesar de ferido. A partir dali escreveu um livro ao qual deu o nome **Por que resisti à Prisão**, demonstrando a disposição de não dar trégua à ditadura e convocando os militantes de esquerda para uma resistência ativa contra o regime militar* (SADER, 1995: 110).

Marighella transforma-se rapidamente num mito para a esquerda. Encarnava a resistência, a coragem, a valentia e encantava, principalmente quando se tinha a possibilidade de definir caminhos que fossem mais apropriados para um novo projeto de humanidade.

Mas, o cerco começou a ser fechado, os caminhos ficaram mais estreitos e as luzes que indicavam as saídas, como nos jogos eletrônicos, se foram apagando pouco a pouco. Marighella, ao perceber que as trilhas definham, busca refúgio junto aos padres dominicanos e, com toda a sua experiência, não percebia que alguns já estavam presos e outros sob excessivo controle dos órgãos repressivos.

Assim, ao marcar um encontro com os dominicanos, numa quarta-feira de novembro de 1969, num dia em que a cidade se encon-

trava deserta, por causa da transmissão pela televisão do jogo Santos e Corinthians, Marighella caiu numa armadilha montada contra ele, na alameda Casa Branca, entre as Avenidas Paulista e Nove de Julho, no bairro dos Jardins, em São Paulo” Ao atravessar a rua, “Os policiais fuzilaram Carlos Marighella sem que ele pegasse uma arma ou esboçasse qualquer reação” (SADER, 1995: 126).

Acrescenta, ainda, SADER (1995), que a morte de Marighella foi anunciada no intervalo do jogo, exibindo as imagens de seu corpo recostado no banco traseiro do Fusca. Era uma *morte eletrônica*, encoberta pela mística da TV, envolvida num processo simbólico cercado de imagens e, ao mesmo tempo, anunciada, em meio ao *jogo de futebol*, cuja audiência era altíssima. Era, na realidade, uma morte muito especial, vivida em vários momentos das lutas nacionais. Marighella era um desses *senhores do tempo*. Aquele que não conseguia morrer, mas simplesmente ficava encantado, adormece momentaneamente para acordar os novos vivos. É como se ao desaparecer no céu encoberto por uma imensa nuvem de fumaça branca, reaparecesse nas manifestações e, principalmente, na memória dos grandes libertadores e sonhadores do mundo.

Com características similares à *Ação Libertadora Nacional – ALN*, um grupo de militares abandona os quartéis e se junta aos marinheiros, sargentos e cabos expulsos das forças armadas pelo golpe militar. Formam assim, outra organização que representaria a esperança dos revolucionários que combatiam o autoritarismo de Estado. Essa organização era a *Vanguarda Popular Revolucionária – VPR*, cujo principal dirigente era o *Capitão Carlos Lamarca*³.

A guerrilha estava restrita ao espaço urbano. Além do PC do B, apenas a VPR, mantinha um acampamento de treinamento no sertão da Bahia, que também foi desmontado pela repressão.

No começo de 1971 foi feito o último seqüestro de embaixador, que promoveu a libertação de mais de 70 presos políticos. Essa ação foi

realizada pelo capitão Lamarca, que, em seguida, discordando da linha considerada militarista – por privilegiar os enfrentamentos armados, deixando para segundo plano o trabalho político de massas –, mudou de organização política e foi tentar desenvolver um trabalho com os camponeses no interior da Bahia. Ali Carlos Lamarca foi descoberto pela repressão e morto, desaparecendo assim a segunda grande figura da luta armada daquele período da esquerda brasileira (SADER, 1995:129)

As mortes de *Marighella* e *Lamarca* trariam grande mudança entre os combatentes nos anos de chumbo no Brasil, pois representava não somente a morte de “heróis”, como também a morte de um projeto. O esgotamento da resistência passava a ser cada vez mais visível, o que possibilitava a produção de olímpianos, de quase deuses, que de agora em diante passariam a ser mais temidos que os militantes, pois representavam um símbolo.

A morte de *Carlos Marighella* e do capitão *Carlos Lamarca* representou, para muitos, a *consciência da derrota*, o limite da temporalidade e o fracasso da opção pelo enfrentamento ao Regime Militar. É o que afirmará *José Ferreira de Alencar*⁴, 64, militante do PCB na época:

A consciência da derrota vem aí pelos anos 70, principalmente depois do assassinato do Marighella, do assassinato do Lamarca, e o desencadeamento da repressão a nível nunca visto. Foi a época do governo Médici.

O que restava fazer? Na realidade, era a tentativa desesperada de, heroicamente, sobreviver resistindo ou de escapar fugindo das malhas do terror, rompendo assim, os códigos de honra e quebrando o silêncio com a fala da delação, para depois envergonhar-se com a o tormento de suas lembranças lançadas na ótica dos militantes revolucionários nos escombros da história. As opções eram colocadas para os militantes ou para os delatores, que não poderiam simplesmente exteriorizar o cansaço dos seus limites. Teriam que refazer suas vidas a partir de seus projetos individuais e coletivos. Talvez necessitassem reffrear um pouco

os seus desejos, aprender a conviver com a adversidade. O período de chumbo já era realidade e a força da paixão já não era suficiente para combater a força do Estado militar e a *cultura do medo* gerada na sociedade.

Alencar relata o contexto em que toma consciência da derrota e quando pela primeira vez é abatido pelo sentimento de impotência, talvez maior do que aquele que sentiu no momento em que descobre na cadeia que havia perdido a perna⁵. Com toda a sua manifestação de angústia, de fragilidade e, até certo ponto, de desencanto, resolve permanecer na militância. Na sua fala, era como se um enorme poder fosse incorporado, superando limites físicos e subjetivos. Um imenso fardo que, ao ser carregado, tomasse forma em nome de um projeto civilizatório muito maior e, principalmente, para *honrar* os compromissos políticos assumidos. É o discurso heróico do militante que supervaloriza todos os atos, como se quisesse recompensar a si mesmo pelos seus feitos memoráveis, obtendo assim o passaporte para entrar na história.

Eu ainda fiquei na militância até a prisão. Por quê? Porque eu ainda tinha assumido compromissos. E compromissos, principalmente com a juventude. Havia muitos jovens e muitos quadros, quadros históricos. Eu não me considerava nenhum quadro histórico, mas em frente à juventude eu era o mais velho. Por exemplo, existiam muitos estudantes da universidade envolvidos na luta armada. Eu era professor. Você encontra Sílvio Mota, você vai encontrar Fabiani, a Swiami ; basta dizer o seguinte: todos os presos políticos que estavam no Paulo Sarasate (...) o único que tinha curso superior era eu. Todos os demais estavam em processo de formação (...) Eu era o único formado, portanto com direito a prisão especial. E eu abri mão (...) para estar no coletivo de presos e de companheiros (...). Eu me sentia com a responsabilidade muito grande, de não sair do barco na hora que o barco começava a dar água, não que eu me sentisse o comandante da marinha, que é o último a deixar o barco (...) era uma atitude, vamos dizer, nobre, de nobreza.

Esse sentimento de solidariedade, evidentemente digno, que nem todos os militantes de esquerda desenvolveram para com os seus companheiros, representava, além da opção, uma elevada preocupação normatizadora. Era como se todos tivessem a responsabilidade de continuar lutando pelas idéias, pelos projetos emancipatórios que alimentavam a própria existência e, ao mesmo tempo, se esse elo fosse quebrado, isso poderia representar não somente a quebra dos valores éticos do revolucionário, como também implicava punições para o indivíduo que se afastasse desses laços. O militante estabelecia um pacto normatizador. Um pacto de luta, de vida e de morte se fosse preciso. Isso poderia ser gratificante nas recordações coletivas dos grupos, mesmo que vividas clandestinamente.

A CULPA E O ANTI-HERÓI (BANDIDO)

A antinomia do Herói, gerada no contexto autoritário é configurada nos atos de fala do militante, no momento em que o silêncio era exigido como condição de possibilidade para alimentar o sonho revolucionário. Temos de lembrar que o militante que fala (delata), seria efetivamente acometido de um grande *sentimento de culpa* e, além de tudo, poderia ser transformado em *anti-herói* (Bandido). Muitos indivíduos que viveram essa situação, ou pelo menos foram colocados como suspeitos, mesmo depois de todo o processo, ainda tentam justificar ou esclarecer os detalhes de sua “fraqueza” para os sobreviventes. A *delação* ou a simples possibilidade, revelaria na óptica dos militantes, uma perda irreparável em relação a tudo o que poderia ter o selo ético do revolucionário. *Pedro Albuquerque*⁶, duas décadas depois ainda se defende do *estigma* da “traição”⁷. Magoado com a insinuação de delação. Albuquerque assegura:

Nenhum companheiro ou amigo caiu pela minha boca. Tenho a consciência tranqüila sobre isso”. E completa: “Não condeno mesmo os que entregaram porque eles também foram vítimas. Ser humano não nasceu para

ser torturado. A tortura me ensinou que o ser humano é capaz de amar além do que imagina. Posso encontrar-me com um de meus torturadores. Não sinto ódio, mas quero justiça (O Povo, 31/10/93: 27A).

A recuperação da memória como estratégia política não pode ser maculada pela mínima suspeita de anti-heroísmo. O possível delator teria que ultrapassar sua temporalidade, convivendo com esse fantasma, o que implica um sofrimento para o personagem e para sua família, principalmente se essa família tem uma tradição de militância. Sua Mãe, *Lourdes Albuquerque*, 74, revela a mágoa em relação à esquerda pela suspeita que envolve um membro de sua família

Eu fiquei muito revoltada com a acusação do Pomar. Tive vontade de responder e tudo, mas finalmente o partido respondeu. Ele (Pedro Albuquerque) saiu de lá (Guerrilha do Araguaia), porque a menina (sua esposa) estava grávida e ele estava com uma ferida muito grande na perna. Mas não saíram fugidos, saíram tudo de acordo. Jamais um filho meu seria um dedo-duro. Muitas vezes pessoas disseram que eu deveria conversar com meu filho Mário para ele ir à televisão para dizer que se arrependeu. Eu dizia: eu não concordo. O Telmo (um delator conhecido) foi, eu me lembro do Telmo na Televisão. Eu me admirei muito porque ele era uma criatura idealista, não sei por que ele fez isso. Eu não acreditava. Dizem que ele delatou muita gente, eu não sei. Eu dizia para a minha chefe: Eu prefiro perder emprego, perder tudo, do que um filho meu ir à televisão. Até eu fico encabulada com um negócio desse. De maneira alguma eu aceito um negócio desse.

A saída do espaço de conflito deveria ser justificada ao centro de comando da guerrilha. O militante não poderia mais abandonar o lugar que fora cuidadosamente “escolhido” e “planejado” nos detalhes de ação e de combate; afinal era a “questão de segurança” e de preservação das vidas doadas à *causa revolucionária* que estava em jogo e, nesse caso, a mínima

suspeita apavorava a todos os membros que testavam constantemente os valores revolucionários em atos de coragem, de heroísmo e de solidariedade. Além de tudo, a memória da família precisava ser preservada. Era uma memória de luta, de militância, de perdas compensadas pela coragem de seus integrantes, não podendo dar lugar à *memória envergonhada* do delator. Essa memória deve ser escondida em escaninhos, pois a mínima suspeita é punida com a eterna sombra da delação, mesmo que possa revelar a fraqueza possível de qualquer ser humano no momento de *tortura*.

O REENCONTRO COM O SÍMBOLO VIVO NA FIRMEZA DO NÃO-DITO DO HERÓI MODERNO

Figura como a de *José Duarte* traria no seu corpo e na sua trajetória de vida e de militância a própria reconstrução de um *símbolo*, que todos gostariam de acompanhar e que deveriam passar adiante. Para o velho militante era possível inclusive ironizar com a repressão, mostrar que não tinha sentido todo um aparato para vigiar um senhor de idade, frágil, doente mas, ao mesmo tempo, sereno e firme nas suas convicções.

A cadeia era na realidade a casa de *José Duarte*, tendo sido preso várias vezes, inclusive antes do Golpe Militar e essa experiência e coragem eram repassadas aos demais militantes com quem dividiu o mesmo espaço institucional. A busca incessante de referências para a esquerda, já completamente desestruturada, era na realidade a busca do líder, do "herói". A memória é aqui revestida de heroísmo. É a lembrança que pode ser contada e repassada para a história; contudo, o herói moderno é uma representação. Para BENJAMIN (1994),

O herói moderno não é herói – apenas representa o papel de herói. A modernidade heróica se revela como uma tragédia onde o papel do herói está disponível (...). Cenário, ator e herói estão reunidos (BENJAMIN, 1994:95).

Essa representação moderna do herói é, na política, revestida de uma necessidade apai-

xonada, cujos desdobramentos inserem-se nas próprias ações dos heróis e dos seus produtores. A idéia do risco, de atos que desafiem a noção do perigo, foram necessários para que os revolucionários continuassem acreditando nas próprias representações e nos seus desafios em que o medo da morte passa a ser um simples detalhe, pois representa a resistência às suas forças, mesmo que para isso o suicídio esteja em cogitação:

A modernidade deve manter-se sob o signo do suicídio, selo de uma vontade heróica, que nada concede a um modo de pensar hostil. Esse suicídio não é renúncia, mas sim paixão heróica. É a conquista da modernidade no âmbito das paixões (...). O suicídio de heróis antigos é uma exceção(...). A modernidade mantém pronta a matéria prima de tais representações e espera um mestre (BENJAMIN, 1994: 74 e 75).

Para a *mulher militante*, contudo, a sensibilidade deveria seguir passo a passo o caminho da política e juntar-se ao que era até então considerado forte ou heróico, levando em conta o fato de que o modelo de militância é masculino. A imagem da mulher/musa, inspiradora dos talentos, expressão da beleza e da sensualidade, da pureza e do encanto, é acompanhada na mitologia grega como a expressão da desgraça masculina que, com a curiosidade de Pandora, mãe do gênero humano, abre a caixa que recebera de Júpiter, deixando que todos os males se espalhassem pela terra, restando apenas a esperança. BAUDELAIRE (1996) mostra esses encantos:

...a mulher, numa palavra, não é somente para o artista em geral (...). É antes uma divindade, um astro que preside todas as concepções do cérebro masculino, é uma reverbação de todos os encantos da natureza condensados num único ser; é o objeto da admiração e da curiosidade mais viva que o quadro da vida possa oferecer ao contemplador (BAUDELAIRE; 1996: 54).

Todavia, é na imagem da *heroína* que BENJAMIN (1994), ao comentar a poesia de

Baudelaire e suas considerações sobre Flaubert, lembra a preocupação com a *mulher intelectual*. Sem deixar de lado o elogio a Flaubert, que foi capaz de construir o ser humano perfeito, apto para o cálculo e para o sonho, mostra que *Madame Bovary* permaneceu sendo um homem. Se a heroína não encontra lugar na modernidade, pois há uma grande incompatibilidade entre a beleza e a força, o herói moderno não conseguiria sequer reproduzir a própria vida.

O herói é tão forte, tão engenhoso, tão harmonioso, tão bem estruturado como esses navios. Para ele, contudo, o alto-mar acena em vão. Pois uma má estrela paira sobre sua vida. A modernidade se revela como uma fatalidade. Nela o herói não cabe; ela não tem emprego algum para esse tipo. Amarra-o para sempre num porto seguro; abandona-o a uma eterna ociosidade (BENJAMIN, 1994 : 93).

É então que o “herói” perdido no tempo se reencontra na política. Esse provavelmente será o seu último refúgio, o último sonho. Os militantes de esquerda no Brasil necessitavam construir os próprios “heróis”.

O heroísmo apareceu como uma necessidade que deveria satisfazer uma identidade enigmática e, neste sentido, ela tinha eficácia. O herói que existe em cada mortal podia ser vivido em diferentes situações, mas a revolução era um acontecimento paradigmático. Ela despertava ao espírito heróico a energia passional na direção do que era comum, do que era público, permitindo ao herói revelar-se a si e aos outros. Ilusão necessária e eficaz fortalecia a auto-imagem do indivíduo e o referenciava socialmente (PIETROCOLLA, 1995:53).

CONCLUSÃO

Nesses “heróis”, o sonho coletivo poderia alcançar níveis inesperados. Alguns grupos políticos foram realmente grandes produtores de sonhos e de “heróis” que, em determinados casos, revestiam-se de uma distância planetária

no que se referia à realidade social do autoritarismo. Em outros casos, alguns *indivíduos-militantes* compactuaram, à sua maneira, do sonho coletivo, o que não deve diminuir ou tirar a importância da dimensão utópica e criadora desses maravilhosos revolucionários que, com sua capacidade de sonhar, deram um novo sentido ao processo revolucionário brasileiro e, conseqüentemente, à luta contra o autoritarismo.

NOTAS

- ¹ Este trabalho foi apresentado no VII Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste – Modo de pensar o Social – Espaço, Tempo e Imagens – GT-8 Política, Imagens e Representações, realizado no Ponta Mar Hotel em Fortaleza- CE, no período de 10 a 13.06.97.
- ² Militante comunista, fundador e dirigente nacional da Ação Libertadora Nacional – ALN, nasceu em Salvador, Bahia, em 5 de dezembro de 1911. Começou a militar no Partido Comunista Brasileiro aos 18 anos, quando iniciava o curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia. Foi preso em 1932, por fazer críticas através de um poema ao interventor Juracy Magalhães. Em 1935, mudou-se para o Rio de Janeiro. Como integrante do Comitê Central, era responsável pelo trabalho de imprensa e divulgação do Partido. Em 1939, retorna ao cárcere, onde mais uma vez renova o exemplo de resistência e determinação frente aos interrogatórios e às torturas. Em 1945, conquista a Anistia e retorna à liberdade. Em 1946, foi eleito deputado constituinte representando o Estado da Bahia. Em 1948 foi cassado e retorna à clandestinidade. Em 1952, foi enviado à China pelo Partido, onde estuda a experiência da Revolução Chinesa. Em 1962, dá-se o início da ruptura com o PCB, que passa a ser aprofundada com o golpe militar de 64. – “Marighella aprofundou suas críticas à orientação oficial do partido poucas semanas após o golpe, no dia 9 de maio, foi localizado num cinema da Tijuca, no Rio, e preso. Embora baleado, à queima-roupa, repetiu a postura de altivez das prisões anteriores. Fez de sua defesa um ataque aos crimes da ditadura. A mobilização política forçou os generais a aceitarem a concessão de um habeas-

corpus que novamente lhe deu a liberdade” (**Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 64**; 1995: 58). Esse episódio resultou em um livro **Porque resisti à prisão**. O rompimento definitivo com o PCB seria efetivado com um documento intitulado “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”, divulgado em fevereiro de 1968. A organização foi, então, denominada Ação Libertadora Nacional – ALN.

³ Nascido no Rio de Janeiro em 27 de outubro de 1937. Participou na juventude, de algumas manifestações nacionalistas como “O Petróleo é Nosso”. Formou-se pela Escola Militar das Agulhas Negras, em Resende – Rio de Janeiro, em 1960. Em 1967, obtém a patente de Capitão. Foi em São Paulo, no quartel de Quitaúna, para onde foi transferido em 1965, que Lamarca, juntamente com um grupo de companheiros, fez a opção revolucionária pela luta armada. A Ação Libertadora Nacional já estava organizada – ALN e havia um grupo de militares, expulso das forças armadas, que mantinha ligação com o movimento operário, inicialmente vinculado ao Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR, que, unindo-se a setores dissidentes da Política Operária (POLOP) deu origem, juntamente com o grupo do Capitão Lamarca, à Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. Em abril de 1971, discordando da VPR, ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, deslocando-se para o sertão da Bahia com o objetivo de manter uma base desta organização no interior. Em agosto do mesmo ano, ocorre em Salvador a prisão de um militante que conhecia o seu paradeiro e a localização de um aparelho onde estava localizada a sua companheira Iara Yavelberg. O referido aparelho foi rapidamente localizado, fazendo com que Yara se suicidasse com um tiro. Em seguida, partem para o local onde Lamarca estava refugiado. “A imprensa brasileira apresentou na ocasião duas versões sobre o diálogo que teria havido entre Lamarca e o ‘agente federal’. Para o Globo, foram apenas três frases: ‘Você é Lamarca?’ – ‘Sou o Capitão Carlos Lamarca’. – ‘Era. Agora você vai ser defunto’. A versão da maioria dos jornais foi um pouco mais longa: ‘Quem é você?’ – ‘Carlos Lamarca’. – ‘Sabe o que aconteceu com Iara?’ – ‘Ela se suicidou em Salvador.’ – ‘Onde está sua mulher e seus filhos?’ –

‘Estão em Cuba.’ – ‘Você sabe que é um traidor da Pátria?’. Lamarca teria morrido sem responder essa última pergunta” (**Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 64**; 1995: 105)

⁴ Militante do PCB, preso várias vezes, inclusive antes do regime militar pós-64, atuava na Universidade Federal do Ceará, relata que “De 68 em diante eu fui várias vezes preso e às vezes com muita violência. Eu tinha um problema circulatório, um problema de deficiência na circulação, e isso está muito relacionado com o problema também de tensão, de conflito, de *stress*. E a cabeça é boa, tem companheiro que se não tiver cuidado, companheiro que não agüentou tanta pressão. A minha mazela se refletia mais no problema de úlcera e o problema circulatório. Em 70 por exemplo, depois de várias prisões, não foram nem uma nem duas, foram várias prisões, sempre que acontecia alguma coisa eu era preso. Sabiam já qual era o endereço. Basta dizer que quando batiam palma na porta e diziam: é aqui que mora o senhor *José Ferreira de Alencar*, eu já sabia que estava preso; senhor José Ferreira de Alencar tá preso. Preso na maioria das vezes pelo Exército e algumas vezes pela Polícia Federal. Uma dessas prisões foi em dezembro de 70: eu fui preso, não me recordo nem mais o motivo e nessa prisão, eu fui estupidamente espancado na minha casa, sem nenhum motivo. A casa foi invadida violentamente, rebentando porta, coisa de cinco e meia da manhã. Eu estava inclusive acamado, porque estava com crise muito séria de circulação na perna direita. Quando despertei, já era com um soldado, não sei qual era a patente dele, no meu quarto. E eu me levantei, me disse para pôr as mãos na cabeça, eu botei as mãos na cabeça; sem nenhum motivo eu levei logo um soco na cabeça, sem nenhum motivo. E eu caí em cima da cama, uma cama pequena, de solteiro, não estava em cama de casal, numa cama de solteiro por causa da doença. E a cama tinha uma parte mais alta para facilitar a recomendação médica, em cima de duas latas de leite ninho. Quando eu caí por cima das latas, da cama ... Ah! as latas desmoronaram e fez barulho. E ele que estava mais apavorado do que eu, puxou o gatilho da metralhadora e armou-a. Na hora eu fiquei apavorado, logo pensei: vou morrer, sem motivo, eu com as mãos na cabeça. Eu disse: eu não estou

resistindo à prisão. Então, ele dá um chute na porta do quarto ao lado, onde eu tinha duas filhas e uma sobrinha, que estavam dormindo. O quarto era pequeno. Minha casa era casa de classe média, média, casa pequena, quartos quase conjugados. Tinha dois filhos que não moravam comigo, para ver se aliviavam as tensões. A minha filha mais velha é acordada com ele batendo com o cano da metralhadora nela, ela tinha quatorze anos. Ele a despertou, batendo com o cano da metralhadora nela. E dá ordem de prisão para todo mundo. As duas mais novas, uma sobrinha e a outra filha tinham dez e onze anos. Daí eu sou levado para a sala. Quando eu chego na sala, eu procuro falar com uma pessoa que parecia que chefiava, comandava o grupo. E fui falar com ela dizendo exatamente isso: olha eu não estou resistindo à prisão, não há necessidade de violência”.

⁵ Sofrendo de problemas circulatórios, com o processo que o levou a amputar a perna. “Eu tinha perdido a perna, justamente com o agravante dessa prisão violenta, pois eu tive problemas circulatórios, isso foi até o dia 10 de dezembro. Eu já estava em uma situação difícil, fui solto e preso novamente no final de 1970. No dia 18 de dezembro eu estava internado por uma gangrena no dedo, houve uma amputação no dedo porque gangrenou, porque com essa violência a doença agravou-se rapidamente, houve bloqueio total, e eu perco um dedo. Fomos para a operação do dedo, e aí a gangrena degenera para a perna. E à minha revelia, que eu perdi os sentidos, eu ainda tomei conhecimento da amputação do dedo no dia 19; no dia 20 as coisas se agravavam, eu entro numa base de sedativo violento e perco ... não entro em coma, mas perco a noção de realidade. Quando vou ter noção de realidade novamente, é no dia 10 de janeiro de 1971. Passei vinte dias sem saber o que aconteceu na minha vida. Me disseram que dei até escândalo no hospital; fiz comício, discurso, falei de ditadura, de médico, chamei médico de filho da puta ... estava muito pressionado, muito, muito. Foi quando acordo dia 10, é que eu sinto que perdi a perna. O pior, é que a dor continuava, reflexo... que isso é um problema biológico. Você perde a perna, mas para ela ir embora do seu consciente, ainda hoje você

fala dela e ela aparece. E a minha primeira reação eu acho que foi psicologicamente boa. A primeira coisa que eu pensei, quando vi que tinha perdido a perna, procuro e não a encontro, foi um impacto muito grande; se eu fosse o Pelé, eu estava perdido, mas eu não sou o Pelé, foi o que pensei”

⁶ Participou da Guerrilha do Araguaia na década de 70, foi preso várias vezes pela repressão até optar pelo exílio. Sua mãe, Maria de Lurdes Albuquerque, relata sua história de vida. “Pedro foi preso três vezes: a primeira vez, ele já estudava e fazia Escola Técnica. Ele tinha tomado banho, estava na sala esperando o jantar, quando de repente eu procurei o Pedro e não encontrei mais. Foi aí que eu tomei um choque muito grande. Hoje eu não enxergo, só se estiver calma. Quatro dias depois, eu não enxergava nada. Um vizinho então disse que um soldado e um rapaz tinham vindo buscá-lo. Depois eu soube que ele estava perto do Tiradentes, andando de joelhos e um rapaz atrás dele. Esse rapaz era filho de um senhor que era da polícia. Ele passou a ser informante da polícia. Estudava na Escola Técnica, tinha raiva do Pedro, pois o Pedro ganhara o Grêmio. Depois o Pedro foi preso novamente, passou vinte e três dias no 23ºBC (...) Depois o Pedro foi preso, lá no Congresso que houve em São Paulo (Ibiúna). Ele já participava do Centro Estudantil. Ele foi preso várias vezes, a história do Pedro é muito longa. Foi para a guerrilha, eu não sabia onde ele estava. Soube depois que ele estava lá e só depois que ele chegou. Quanto à participação dele lá eu não sei de nada, porque ele não conta”.

⁷ A acusação de traição foi feita pelo guerrilheiro Ângelo Arroyo, único sobrevivente da terceira investida militar na região do Araguaia. Na realidade, Albuquerque teria fugido para relatar os acontecimentos da guerrilha. Contudo, a acusação de delação é repetida pela reportagem da revista **Veja de 13/10/93**.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo** – a explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*, In. **Obras escolhidas III**, São Paulo: Brasiliense, 1994d.
- DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA: OLODUM, 1995.
- MÉNARD, René, **Mitologia greco – romana**. São Paulo: Opus 1991.
- PIETROCOLA, Luci Gati. **Anos 60/70 : O viver entre parêntese** – perseguição política aos revolucionários e suas famílias, Tese de Doutorado, Defendida na USP em 25.05.95.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*, In. **Estudos históricos nº 3** – Memória. São Paulo: Edições Vértice, 1989.
- SADER, Emir. **O anjo torto** – esquerda (e Direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- VASCONCELOS, José Gerardo, **Totalitarismo e anistia**: o pecado e o perdão na esfera da política, Tese de Mestrado, defendida no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC em 22 de setembro de 1993.